

Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião

anais.est.edu.br/genero

ECOLOGIA | ECONOMIA | ECUMENISMO

ECOLOGIA | ECONOMIA | ECUMENISMO



A INVISIBILIDADE DO MOVIMENTO ECOFEMINISTA - UMA ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DO SOCIOAMBIENTALISMO NO RIO GRANDE DO SUL

The invisibility of the Movimento Ecofeminista - an analysis of the historical context of construction of Socioambientalismo in Rio Grande do Sul

Dina Ferreira de Souza

Telia Negrão

Gabriela Coelho-de-Souza

Rumi Regina Kubo

Resumo

Ao analisar os movimentos sociais que contribuíram para a construção de uma visão socioambiental no Rio Grande do Sul a partir da década de 1960 (Estudo: "Genealogia do Socioambientalismo no Rio Grande do Sul: da Era Protecionista à Extensão Ambiental"), constatou-se a presença do movimento de mulheres inserido no movimento ambientalista, denominado de "Ecofeminismo". Esta participação feminina, fundamental para originar tal concepção no Estado, ficou invisível e pouco documentada, apesar do seu protagonismo em cenários nacionais e internacionais de negociações da agenda ambiental. A constatação da invisibilidade ocorre quando se busca pontuar as bandeiras defendidas pelas mulheres no movimento ambientalista e estas são ignoradas pelo Estado e pela Sociedade, o que corrobora uma análise sobre desigualdade de gênero. Fatores econômicos, culturais e históricos do estado gaúcho contribuíram para o abafamento de ideias avançadas para a época, em especial o conservadorismo e a luta pela terra como os motivadores dessa invisibilidade dos movimentos sociais.

Palavras-chave: Ecofeminismo. Gênero. Socioambientalismo. Meio Ambiente.

Abstract

In analyzing the social movements that contributed to the construction of a socioambiental vision in Rio Grande do Sul from the 1960s (Study: "Genealogy of Socioambientalismo in Rio Grande do Sul: from the Protectionist period to the Environmental Extension"), the presence of the women's movement inserted in the environmental movement, denominated "Ecofeminismo". This feminine participation, fundamental to originate such conception in

the State, was invisible and little documented, despite its protagonism in national and international scenarios of negotiations of the environmental agenda. The observation of invisibility occurs when one seeks to punctuate the flags defended by women in the environmental movement and these are ignored by the State and Society, which corroborates an analysis of gender inequality. Economic, cultural and historical factors of the state of Rio Grande do Sul contributed to the suppression of ideas advanced for the time, especially conservatism and the struggle for land as the motivators of this invisibility of social movements.

Keywords: Ecofeminismo. Gender. Socioambientalismo. Environment.

Considerações Iniciais

Este texto tem como objetivo trazer para discussão o papel das mulheres dentro do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul. Sendo baseado na dissertação “Genealogia do Socioambientalismo no Rio Grande do Sul: da Era Protecionista à Extensão Ambiental”, apresentada em julho de 2017. A referida pesquisa se propõe a contribuir com o debate sobre o surgimento do socioambientalismo no estado Rio Grande do Sul, buscando trazer elementos que fizeram parte da construção desse novo conceito. Para isso, baseia-se no campo de conhecimento da ecologia política, da sociologia ambiental, da economia ecológica. A metodologia de natureza qualitativa constou de dezessete entrevistas com ambientalistas, analistas ambientais e professores universitários, além do acompanhamento de reuniões do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CERBMA) e outras arenas de construção e monitoramento da política ambiental. A análise de conteúdo contribuiu para a periodização do ambientalismo no Estado, a qual subsidiou a análise da genealogia do socioambientalismo. Segue um breve histórico sobre o movimento ambientalista no Estado, posteriormente um histórico do papel das mulheres neste movimento e por último algumas considerações finais.

Histórico do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul

Já no ano de 1940, Pe. Balduino Rambo publica o livro “A Fisionomia do Rio Grande do Sul”, obra que exigiu 30 anos de estudos sobre a paisagem do Rio Grande do Sul e sem obra equivalente no Brasil. A disponibilidade deste vasto conhecimento sobre as características do nosso ambiente despertou o interesse das pessoas que começaram a se preocupar com o futuro dessa riqueza natural. Em razão disso, há a compreensão de que é

importante cuidar da natureza, que ela não é infinita, que sua biodiversidade tem grande valor para a sobrevivência da humanidade e que ela precisa ser protegida. A primeira entidade ambientalista do Rio Grande do Sul foi criada por Roessler em 1955, chamada de Fundação da União Protetora da Natureza (UPN), e tinha sua sede na cidade de São Leopoldo/RS. No ano de 1957, Roessler inicia a publicação das suas crônicas semanais no jornal Correio do Povo, no suplemento correio rural.

A Fundação da Ação Democrática Feminina Gaúcha, conhecida como ADFG, criada em 1964, era formada por um grupo de mulheres organizadas e muito atuantes, inicialmente trabalhando as questões ambientais só com mulheres através de cursos. Posteriormente, “a ADFG abraçou de tal forma a causa ambiental que se transformou na seção brasileira da organização internacional Amigos da Terra.”¹

No dia 27 de abril de 1971 fundou-se a Associação Gaúcha de Proteção do Ambiente Natural (Agapan), entidade referência no Estado, participou da construção de leis e protegeu muitos habitats em Porto Alegre, como morros, pedreiras e o Parque Estadual de Itapuã. (Ex-presidente Agapan) Para o Ex-presidente da Agapan foi o Rio Grande do Sul que iniciou o debate sobre as questões ambientais e identificou na criação da legislação ambiental uma saída para travar o movimento de desmatamento da Mata Atlântica e da poluição dos Recursos Hídricos. Destaca-se, também, o trabalho do Lutzenberger através da Agapan na criação de leis estaduais pioneiras e, principalmente, quando conseguiram consolidar o termo agrotóxico, no lugar de defensivos agrícolas, termo usado pelos fabricantes².

Neste período a Agapan fez sua luta ambientalista, também, por intermédio do jornalismo, segundo Estavam e Pereira:

A Associação Gaúcha de proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) Rio Grande constituiu um movimento político que, no final da década de 1970 e início da de 1980, configurou-se como frente de luta tanto no que diz respeito ao ativismo, quanto à crítica e à formação da opinião pública por meio da imprensa riograndina, ocupando espaço nas rádios, emissoras e jornal Agora. Nesse sentido, o ambientalista Luiz Felipe Pinheiro Guerra, via tipográfica, constituiu o que ele chamava, na época de uma ‘tribuna livre’, o espaço denominado de ‘Crônica Ecológica’ como um espaço de críticas, denúncias e formação de opinião pública,

¹ BONES, E.; HASSE, G. *Pioneiros da ecologia: breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Já Editores, 2007, p. 42.

² BONES; HASSE, 2007, p. 40.

relativo ao modelo de desenvolvimento e a configuração política adotada pelo Estado brasileiro no período da ditadura militar (1964-1985)³.

Com o poder público atuante, os deputados estaduais realizam o I Seminário de Ecologia na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 1972.

No período de ditadura militar os ambientalistas eram vistos como subversivos e, para controlar melhor esse grupo de ativistas, o governo militar criou a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAM (1976); a burocracia era usada como forma de engavetar as reivindicações da sociedade civil organizada; assim, o Estado estava regrado o meio ambiente como forma de travar processos e facilitar outros, de acordo com os interesses de quem está no comando; por essa razão, que as gestões dos órgãos ambientais influenciam muito no trabalho do Estado⁴.

No Rio Grande do Sul, os órgãos ambientais foram criados para receber as reivindicações e para não fazer nada. A criação desses órgãos não representou uma mudança ou valorização do meio ambiente. No resto do Brasil os órgãos ambientais só foram criados depois da publicação da lei que criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente. A luta ambiental criou os órgãos ambientais no Rio Grande do Sul no período da ditadura militar. Até 1975 os ambientalistas eram os caçadores de borboletas. Depois se transformaram nos eco-chatos e vistos como contrários ao desenvolvimento da economia. Essas taxações feitas pela mídia distorciam as reais bandeiras ambientais com o intuito de deslegitimar o movimento ambientalista⁵.

Em 1978 foi fundada a Coolméia Cooperativa Ecológica, formada por ambientalistas e agricultores que produzem alimentos com certificação orgânica, durante seu período de atividade era uma das cooperativas mais fortes no Estado. A Coolméia promovia eventos no Parque Farroupilha (Redenção) usando uma lona de circo, o evento servia para divulgar as questões de alimentação orgânica e produção agroecológica⁶.

Poderíamos dizer que o movimento ambientalista no Rio Grande do Sul teve vários ícones e algumas figuras que se sobressaíram na militância, que tiveram bastante

³ ESTEVAM, S. B.; PEREIRA, E. M. A luta ambiental via jornalismo em Rio Grande: as “Crônicas Ecológicas” do ambientalista Luiz Felipe Pinheiro Guerra. In: PEREIRA, E. M.; RÜCKERT, F. Q.; MACHADO, N. G. (Orgs.). *História ambiental no Rio Grande do Sul*. Lajeado: Editora da Univates, 2014, p. 44-45.

⁴ Ex-presidente da Agapan, 2016 *apud* SOUZA, Dina Ferreira. *Genealogia do socioambientalismo no Rio Grande do Sul: da era protecionista à extensão ambiental*. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS/PGDR, 2017, p. 72.

⁵ Ex-presidente da Agapan, 2016 *apud* SOUZA, 2017, p. 72.

⁶ Servidor SEDUC, 2016 *apud* SOUZA, 2017, p. 72.

visibilidade, já que na época eles tinham um considerável espaço na mídia. Porém, as bandeiras tinham apoio popular e mais o fato do movimento não estar vinculado a partido político, garantiu legitimidade, aceitação e fundamento nas reivindicações. Portanto, mesmo que a luta pela proteção ambiental estivesse vinculada a algumas poucas pessoas havia um grande alcance de conscientização. As pessoas de maior notabilidade nacional e internacional foram Henrique Luís Roessler, José Antônio Lutzenberger, Magda Renner, Hilda Zimmermann, Giselda Castro. Militantes nas décadas de 1950, 1960, 1970.

A literatura nos mostra com clareza que no Rio Grande do Sul o movimento ambientalista ganha visibilidade a partir das décadas de 1960 e 1970. Tendo como estímulo questões de cidadania, o que dialogava com o movimento no Brasil. Segundo Bones e Hasse, a questão ambiental estava associada à discussão de direitos humanos, direitos da minoria, direitos das mulheres, entre outros, num contexto político de pouca liberdade de expressão. Deixando os brasileiros à margem da discussão internacional aproximadamente até 1960. Só após 1970 o movimento ambientalista toma a frente do embate ao modelo econômico e ao sistema capitalista⁷.

A década de 1970 foi o auge do movimento ambientalista no Estado em plena ditadura militar, ou seja, era um período de repressão social muito forte. Para o Servidor Fepam, “o termo ambientalismo surgiu nos anos 1970.” Colocando discussões em pauta numa época em que não podia se questionar o governo. No entanto, o movimento ecologista ganhou muitos adeptos sendo possível perceber que era uma das poucas opções de exercício da cidadania. Um momento em que as causas sociais e ambientais estavam unidas, andando juntas. Já que militantes indigenistas e feministas (ecofeminismo) participavam das manifestações de apoio à proteção ambiental. Para o Professor UFRGS I, “o movimento ambientalista conseguia reunir as várias correntes ideológicas, era um espaço que tinha vida e era protagonista. Muitas iniciativas surgiram naquela época.” Todas as bandeiras unidas e todos se ajudando na luta pelos direitos das minorias. Segundo o Servidor Fepam, “na época as bandeiras eram bem amplas, como indigenista, feminista e ambientalista.”

Analisar a evolução do movimento ecológico no Rio Grande do Sul nos remete a pensar no momento político brasileiro nas décadas de 1960 e 1970, e também nos remete a

⁷ BONES; HASSE, 2007.

pessoas ícones do movimento. Tudo isso impulsionado por catástrofes ambientais que serviram de bandeira para o movimento, como a antiga Borregaard⁸ e a mortandade de peixes no Rio dos Sinos.

Segundo Bones e Hasse:

O certo é que incidentes como esse despertavam a atenção da opinião pública e permitiam a realização de debates pela imprensa, numa época em que a censura oficial bloqueava manifestações em todos os campos de atividades. Nesse aspecto, o ativismo ambiental adquiria conotações políticas. Tanto que os responsáveis pelo setor de inteligência da ditadura militar, procuravam investigar se os ecologistas eram subversivos⁹.

O Rio Grande do Sul foi pioneiro na luta pelas causas ambientais. Levantando algumas bandeiras e protestando contra iniciativas de destruição da arborização de Porto Alegre e da poluição por parte da indústria, sendo a antiga Borregaard um caso emblemático. O momento considerado o estopim do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul foi o episódio em que o estudante Carlos Dayrell sobe numa tipuana para impedir o corte da árvore, em 1975. O viaduto da João Pessoa, próximo aos prédios do Direito e da Medicina da UFRGS, estava sendo construído e a prefeitura cortaria todas as árvores que estavam naquele trecho da avenida. No entanto, nessa época as reuniões da Agapan já aconteciam com um bom público e o movimento estudantil estava muito bem organizado e esclarecido sobre as questões ambientais. Devido à mobilização estudantil e a coragem de enfrentar as autoridades em pleno regime militar, que se conseguiu parar o corte das árvores. Projetando nacionalmente a importância da proteção ambiental e colocando o Rio Grande do Sul como pioneiro do movimento ambiental e na elaboração de legislação própria. Podemos considerar esse evento um marco na história do movimento ambientalista e na luta contra a ditadura no Brasil. Para Sirkis foi o início do movimento ecológico no Brasil¹⁰.

⁸ Indústria norueguesa instalada no município de Guaíba/RS, com o nome de Indústria de Celulose Borregaard, que entrou em operação em 16 de março de 1972, sem se preocupar com as questões ambientais e causando um cheiro muito forte que afetava o município de Porto Alegre (poluição atmosférica e hídrica). Em dezembro de 1973, a Borregaard foi fechada pelo secretário da Saúde Jair Soares, após uma campanha que reuniu técnicos do governo, ativistas ambientais, entidades profissionais, a imprensa e políticos. Reaberta e fechada algumas vezes, se comprometeu em aperfeiçoar os controles ambientais, a nacionalização do capital da empresa e a reformulação da política de reflorestamento no Estado, visando atender demandas ecológicas e não apenas econômicas; e trocou seu nome para Celulose Riograndense Ltda. (Riocell). BONES; HASSE, 2007.

⁹ BONES; HASSE, 2007, p. 36.

¹⁰ CARNEIRO, A. C. *A História do Ambientalismo*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2003, p. 93.

Carneiro foi leitor assíduo das crônicas do Roessler publicadas no jornal *Correio do Povo* e comenta, segundo registro de Dreyer:

De todos os autores que li, ele é o primeiro que reúne a questão dos animais, dos sistemas florestais e da poluição. É o primeiro a dizer com todas as letras que a destruição do patrimônio natural de uma nação é a causa fundamental da pobreza e da degeneração do povo. Não é consumindo natureza que se gera riqueza, é o contrário, desenvolvimento real só se alcança com a valorização da natureza. Para mim, o Roessler inaugurou o conceito de Ecologia, e depois ele elevou a Ecologia a um novo modo de fazer política¹¹.

A partir das suas leituras e de suas habilidades, Carneiro decide se dedicar à proteção da natureza:

Inspirado pelos textos de Roessler e de alguns livros que vendia, entre os quais *Antes que a natureza morra*, de Jean Dorst, uma das primeiras publicações voltadas para a discussão da questão ambiental, reportando-se ao Clube de Roma – uma associação internacional fundada em Roma, em 1968, que reunia cientistas que procuravam definir instrumentos para a busca da qualidade de vida universal –, Augusto Carneiro começou a pensar na necessidade de organizar um grupo ativista que se dedicasse à proteção da natureza¹².

Carneiro ficou conhecido como o grande articulador da fundação da Agapan¹³ – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, junto com a Hilda Zimmermann e Lutzemberger. Ele cumpria o papel burocrático da Associação, incluindo fazer as cobranças financeiras. Segundo Dreyer, para as duas reuniões que antecederam a assembleia de constituição da Agapan, Carneiro mobilizou nomes de peso como Nicolau Campos, o radialista Lair Baum Ferreira, os professores Alarich Schultz e Eugênio Grumann, os militares Mário Fonseca e Geraldo Guimarães Lindgren e Antônio Tavares Quintas; além de apoiadores como Gilberto Conrado Mattes, Renato Petry Leal e os professores Wilibaldo Thomé e Mauro Corte Real.

Com a criação da Agapan formou-se uma massa ecologista no Estado, formada por instituições de defesa ambiental que trabalhavam unidos, principalmente a Ação Democrática Feminina Gaúcha – ADFG, liderada por Magda Renner, e esta massa era muito eficiente na hora de conseguir apoio em diferentes organizações da sociedade – desde associações de classe até políticos e militares¹⁴. Essa massa ecologista barrou as podas

¹¹ DREYER, L. *Augusto Carneiro - depois de tudo – um ecologista*. São Paulo: Editora Scortecci, 2013, p. 48.

¹² URBAN, Teresa. *Missão (quase) impossível: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2001, p. 69-70.

¹³ Fundação em 27 de abril de 1971. DREYER, 2013, p. 55.

¹⁴ DREYER, 2013, p. 59.

anuais que a Prefeitura costumava realizar na vegetação urbana, muitas vezes desfigurando ou matando as árvores, esta foi a primeira grande ação e vitória da Agapan, em seguida realizaram uma sequência de avanços no tratamento das áreas naturais: criação do Parque da Guarita (município de Torres), do Parque do Delta do Jacuí (abrange os municípios de Porto Alegre, Canoas, Eldorado do Sul, Nova Santa Rita, Triunfo e Charqueadas), do Parque Estadual Itapuã (município de Viamão); preservação das lagoas litorâneas, na zona sul de Porto Alegre - retirada das pedreiras que destruíam as margens do Guaíba; regulamentação da caça, quebra do esquema de incentivos fiscais a um reflorestamento que na realidade acabava em perda de florestas nativas; a interdição temporária da fábrica de celulose Borregaard, por causa dos seus despejos tóxicos¹⁵.

Carneiro relata que no momento que fundaram a Agapan obtiveram muitos êxitos sendo um início brilhante, que ajudou a modificar o Rio Grande do Sul, o Brasil, e até mesmo influir em outros países; “Depois desse começo trabalhoso e das atividades de todos os movimentos ambientalistas, a sociedade brasileira se reorganizou um pouco no sentido AMBIENTAL (legislação, etc.), solucionou ou melhorou em alguns pontos cruciais, mas o movimento empacou em outros problemas mais difíceis, mais profundos [...]”¹⁶ A posse da terra, a posse de origem ilegal, e os efeitos na natureza em decorrência dela foram citados por Carneiro como os principais problemas, segue a análise feita por ele:

Esta atitude de acatamento a qualquer tipo de posse de terra, estava enraizada no pensamento de quase todos que apoiam, até inconscientemente, e sendo que os ‘proprietários’, não querendo abandonar seus costumes predatórios, como loteamentos, minerações, desmatamentos, gados, etc., nos levam a sermos obrigados a estudar profundamente este problema¹⁷.

Segundo Carneiro, a Agapan era conservacionista e inicialmente teve ligação com o PT, porém a aproximação feita resultou num livro que não ficou de acordo com as ideias de Lutzenberger e os políticos tomaram conta, querendo roubar a cena. E ainda, afirma que a aproximação com partidos políticos sempre foi complicada porque eles não entendem nada de ecologia e só usam essa bandeira para ter visibilidade diante de eventos momentâneos, ou seja, essa parceria sempre dura pouco. Em Dreyer, Carneiro coloca os ambientalistas como uma classe de intelectuais, que por vezes dividiam espaço com políticos que não

¹⁵ DREYER, 2013, p. 59.

¹⁶ CARNEIRO, 2003, p. 97.

¹⁷ CARNEIRO, 2003, p. 97.

entendiam de ecologismos e não permaneciam por muito tempo na atividade ambientalista; já para Lutzenberger, políticos, católicos e militares se aproximam da ecologia de maneira superficial e efêmera, não entendem nada e querem ter protagonismo, por isso suas ações não são eficientes sem o apoio dos ecologistas.

Em torno de 1980, houve uma reviravolta na Agapan, “deixando Carneiro órfão”, os seus anseios ativistas levaram-no a se abrigar na Fundação Brasileira de Conservação da Natureza, a FBCN, com sede no Rio de Janeiro¹⁸. Segundo Urban, Augusto Carneiro não abandonou o movimento, mas sim, afastou-se da Agapan por não concordar com a orientação empregue pela entidade; seguiu publicando com o mesmo empenho missionário no Agir Azul, lançado pela Pangea – Associação Ambientalista Internacional – entidade que acolheu muitos dissidentes da Agapan; nas publicações de Carneiro ficava nítida sua preocupação com o movimento ambientalista gaúcho. Na primeira edição do boletim, o jornalista e editor, João Batista Santafé Aguiar, afirmava que “o movimento ecologista do RS tem produzido textos de excelente qualidade, quase sempre destinados à clandestinidade, somente conhecidos por aqueles que os redigiram e, quem sabe, pelos respectivos destinatários.”¹⁹

Mulheres no movimento ambientalista

Merece menção especial neste estudo a participação das mulheres no movimento ambientalista do Rio Grande do Sul, pois apesar de mencionadas em diversas entrevistas, elas não constam de publicações de referência sobre o tema. Encontram-se informações históricas apenas nos sites das entidades que integraram e em poucas publicações²⁰, o que desafia a realização de novos estudos que possam revelar a sua trajetória e a contribuição, bem como as marcas de gênero dessa relativa invisibilidade.

Segundo informações do site da Agapan, as mulheres sempre tiveram presença no movimento ecológico, em especial nessa associação, onde a participação feminina tem sido majoritária ao longo de sua história²¹. Por essa característica, a Agapan acabou sendo vista

¹⁸ DREYER, 2013.

¹⁹ URBAN, 2001, p. 75-76.

²⁰ CARNEIRO, 2003.

²¹ AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural. *Texto sobre Giselda Castro*. 17 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.agapan.org.br/2012/03/ecofeminista-giselda-castro1923-2012.html>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

como um reduto ecológico feminino e feminista, ao mesmo tempo de admiração as mulheres que se dedicam ao movimento.

Das participantes, três são citadas como ícones do ambientalismo no Estado - Giselda Castro, Hilda Zimmermann e Magda Renner. Elas completaram várias décadas de ativismo e participação em instâncias nacionais e internacionais na disputa da agenda. No entanto, apesar desse protagonismo nessas arenas, não obtiveram a notoriedade e a visibilidade correspondente no conjunto do movimento.

De acordo com Carneiro, Magda Renner, inspirada por Lutzenberger, liderou um grupo de mulheres para entrarem na luta ambientalista, transformando a Ação Democrática Feminina Gaúcha – ADFG, numa das maiores entidades ecológicas do Brasil²². A entidade se tornou o braço brasileiro da ONG internacional Amigos da Terra (Friends of the Earth)²³. Ao lado de Giselda Castro, as duas ativistas firmaram a entidade como uma referência importante do movimento.

Giselda e Magda provêm de famílias tradicionais do Rio Grande do Sul, o que abriu possibilidades para estabelecimento de relações sociais com alcance nos meios políticos. Isso facilitou também o acesso a instâncias de poder e decisão e o desenvolvimento de habilidades de negociação e advocacy. Esse ativismo, entretanto, entrou tardiamente nas suas vidas, pois não vinham de trajetórias profissionais e públicas, mas como donas de casa e mães: “[...] (elas) eram mães quando se depararam com causas que as mobilizaram para além dos limites domésticos”, relatado em Apedema, e “não se calaram diante de ações que ameaçavam o Meio Ambiente, os animais e as pessoas”²⁴, acrescenta.

Foi o convívio entre Magda Renner, Giselda Castro e Hilda Zimmermann, juntamente com José Lutzenberger da AGAPAN, o elemento decisivo para que erguessem a bandeira de luta dos movimentos ecológico e feminista em um mesmo movimento, o que para elas se tornou algo inseparável: “Este feito pioneiro inaugurou entre nós o ecofeminismo como movimento social, ampliando e radicalizando o horizonte político tanto do movimento feminista como do movimento ecológico.”²⁵ Um amálgama que merece uma

²² CARNEIRO, 2003.

²³ Amigos da Terra é uma organização internacional de proteção ao Meio Ambiente, que tem representações em mais de setenta países. APEDEMA. *Documentário sobre Giselda Castro e Magda Renner*. 2014. Disponível em: <<https://apedemars.wordpress.com/2014/02/02/primeira-divulgacao-do-documentario-sobre-magda-renner-e-giselda-castro/>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

²⁴ APEDEMA, 2014.

²⁵ AGAPAN, 2012.

contextualização sobre relações de gênero, no sentido de compreendê-lo como significante das relações de poder²⁶, e que devem ser interpeladas e questionadas.

As desigualdades de gênero em nossa sociedade se expressam das mais diversas formas e dimensões, tanto nas esferas públicas como privada. Elas evidenciam processos históricos e culturais em que o masculino se colocou como dominante e referente, e o feminino como parte da natureza, portanto, imutável.

A partir das décadas de 1970 e 1980, um movimento internacional de caráter político e teórico fez o questionamento das relações hierárquicas entre homens e mulheres prevalentes em quase todos os países, em que o papel e o lugar das mulheres era de subalternidade. Entre as críticas feitas por esse movimento encontra-se a invisibilidade feminina na Ciência e da Política, e as dificuldades de reconhecimento do seu papel como protagonistas em todos os campos da vida. Em especial no campo da produção do conhecimento e da luta por mudanças no campo político e institucional. Assim, trazer as mulheres ao mundo público e dar-lhes o reconhecimento passou a ser uma demanda do movimento feminista. Esse processo de debates encontrou no Brasil, em especial a partir da década de 1980, um campo fértil de desenvolvimento, atravessando várias décadas.

Considerando este contexto como ponto de partida, o legado político do caminho que estas três mulheres começaram a desbravar por meio do ecofeminismo, conduziu a uma novidade radical, que na interpretação da Agapan, nem sempre é positiva: “No movimento feminista, a prioridade dada ao enfoque de gênero, tende a polarizar os conflitos entre os âmbitos masculino e feminino, reduzindo o alcance e o horizonte crítico do movimento.”²⁷

No caso das ativistas gaúchas, tudo indica que não radicalizaram nos temas específicos das mulheres, enfocando a temática ambiental como o centro de sua atuação.

O que parece ter havido foi uma desacomodação, pelo contato que essas mulheres passaram a ter com o movimento internacional, em que as agendas feministas e ecológicas em várias oportunidades estão na mesma mesa de negociação. O trecho a seguir do referido site é revelador do significado deste descortinar:

A novidade radical descoberta por Giselda, Magda, Hilda e suas companheiras, aboliu as fronteiras entre feminismo e movimentos ecológicos. A superação das limitações impostas pela separação entre os dois movimentos deu-se através da participação delas no movimento ecológico. Desta maneira, a luta ecológica

²⁶ PRÁ, Jussara Reis. *Mulheres, feminismo e ação política no Brasil*. Porto Alegre: Cirkula, 2016.

²⁷ AGAPAN, 2012.

ampliou o horizonte político do exercício da cidadania como expressão de plenitude da condição feminina. Este foi um feito pioneiro do qual todos nós nos orgulhamos²⁸.

Na primeira reunião de ecologistas do mundo inteiro com a direção do Banco Mundial, Celso Marques, lembra a atuação de Giselda Castro, em outubro de 1989: “Lá estava ela, já uma respeitável senhora, combativa, exemplar, indignada, com o dedo em riste, questionando em inglês fluente a política de financiar o etnocídio e o ecocídio praticada pelo Banco Mundial.”²⁹ Atuando com generosidade e desprendimento, representando os ideais do ecofeminismo na defesa dos interesses do Brasil e do Planeta. Tal referência coaduna-se com importantes teses sobre participação como sendo momentos de descobertas das próprias mulheres e suas capacidades de agir e influir no mundo.

Considerações Finais

Esse breve histórico da participação feminina no movimento ecologista do Rio Grande do Sul tem também o objetivo de trazer à luz sua contribuição e seu protagonismo, a despeito de não terem deixado registrado em livro e outras publicações as suas reflexões sobre esta experiência. Ratifica, também, outra importante tese do feminismo sobre a construção do conhecimento que, segundo importantes autoras, deve articular a experiência vivida com a reflexão teórica e política, de forma a contribuir para o legado da humanidade³⁰.

Referências

AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural. *Texto sobre Giselda Castro*. 17 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.agapan.org.br/2012/03/ecofeminista-giselda-castro1923-2012.html>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

APEDEMA. *Documentário sobre Giselda Castro e Magda Renner*. 2014. Disponível em: <<https://apedemars.wordpress.com/2014/02/02/primeira-divulgacao-do-documentario-sobre-magda-renner-e-giselda-castro/>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

BONES, E.; HASSE, G. *Pioneiros da ecologia: breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Já Editores, 2007.

²⁸ AGAPAN, 2012.

²⁹ AGAPAN, 2012.

³⁰ NEGRÃO, Telia. *Ciberespaço, via de empoderamento de gênero e formação de capital social*. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: Instituto de Filosofia, Ciências e História - Universidade Federal do rio Grande do Sul, 2006.

CARNEIRO, A. C. *A História do Ambientalismo*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2003.

DREYER, L. *Augusto Carneiro - depois de tudo – um ecologista*. São Paulo: Editora Scortecci, 2013.

ESTEVAM, S. B.; PEREIRA, E. M. A luta ambiental via jornalismo em Rio Grande: as “Crônicas Ecológicas” do ambientalista Luiz Felipe Pinheiro Guerra. In: PEREIRA, E. M.; RÜCKERT, F. Q.; MACHADO, N. G. (Orgs.). *História ambiental no Rio Grande do Sul*. Lajeado: Editora da Univates, 2014.

NEGRÃO, Telia. *Ciberespaço, via de empoderamento de gênero e formação de capital social*. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: Instituto de Filosofia, Ciências e História - Universidade Federal do rio Grande do Sul, 2006.

PRÁ, Jussara Reis. *Mulheres, feminismo e ação política no Brasil*. Porto Alegre: Cirkula, 2016.

SOUZA, Dina Ferreira. *Genealogia do socioambientalismo no Rio Grande do Sul: da era protecionista à extensão ambiental*. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS/PGDR, 2017.

URBAN, Teresa. *Missão (quase) impossível: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2001.